

Há 40 anos que Direito é na Católica

No ano em que se assinalam 40 anos sobre a criação da licenciatura em Direito da Universidade Católica Portuguesa, ex-alunos partilham nestas páginas o que mais os marcou. Todos convergem na exigência e na qualidade, mas também na proximidade, como elementos distintivos.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A Faculdade de Ciências Humanas foi a primeira anfitriã do curso de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Estava-se em 1987 e vivia-se um contexto histórico politicamente desafiante, com a instituição a procurar “responder à crise em que o ensino de Direito nas universidades públicas nacionais se encontrava mergulhado”.

Três anos depois, Direito ganhava

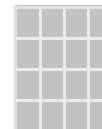
uma faculdade em nome próprio. Em 2004, a Faculdade de Direito adota uma estrutura federal, com a Escola de Lisboa no campus da Palma de Cima e com a Escola do Porto no campus da Foz, a funcionarem de forma descentralizada. Dois anos depois, a instituição inova com a criação do primeiro programa de LL.M. em Portugal, em International Business Law e com a particularidade de ser in-

tegralmente lecionado em inglês. Um novo capítulo na história da instituição abre-se em 2009, com a criação da Católica Global School of Law, cujos programas de LL.M viriam a ser rapidamente reconhecidos internacionalmente, sendo considerados como os mais inovadores pelo Financial Times entre 2010 e 2015.

Desde cedo que a internacionalização está presente na oferta for-

mativa da faculdade, primeiro em apenas duas disciplinas mas progressivamente mais abrangente, ao ponto de o conceito ter vindo a ser substituído pelo de transnacionalidade.

Outra preocupação destes 40 anos tem sido, sustenta a instituição, a empregabilidade dos alunos, com uma taxa que é quase total – entre os 98 e os 99 por cento, de acordo com estatísticas oficiais.



FOCO NA EXIGÊNCIA



**JOÃO VIEIRA
DE ALMEIDA**

“A capacidade da faculdade em manter o foco na exigência e rigor do ensino, bem como um quadro referencial de valores essenciais que, ao tempo, exigiam coragem para ser assumidos”.

Esta a visão do managing partner da Vieira de Almeida & Associados, João Vieira de Almeida, sobre o que mais o marcou como aluno de Direito da Universidade Católica, numa época de “turbulência social e política”.

Sobre o curso, não tem dúvidas de que é “claramente diferenciado pelo grau de preparação técnica que confere, aliado a uma crescente e singular aderência à necessi-

**O curso é
“claramente
diferenciado pelo
grau de preparação
técnica que confere”**

dade de formação em competências práticas, indispensáveis à vida profissional”. Isso não obsta a que sustente que os cursos de Direito têm de evoluir mais e mais rapidamente em duas vertentes, que identifica: na formação nos soft skills necessárias para preparar os alunos para as profissões, que mudaram muito nos últimos vinte anos e hoje exigem uma abordagem multidisciplinar; e na abertura de novas frentes técnicas, alargando o ensino a áreas de conhecimento novas e/ou especializadas que ganham importância crescente (regulatório; financeiro, privacidade, por exemplo).

UMA CASA HUMANISTA



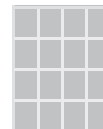
**RAFAEL
LUCAS PIRES**

A marca mais forte que a Católica deixou em Rafael Lucas Pires foi a de “uma ‘casa’ onde o ensino do Direito não era (nem é) visto como a simples transmissão de um conjunto de conhecimentos técnicos sobre as leis de uma determinada sociedade, mas, antes, na perspectiva (humanista) da procura (e defesa) da Justiça no caso concreto”. Isso, recorda o advogado da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados, “passava não apenas pelos conteúdos que eram ensinados mas também (ou talvez sobretudo) pela atitude de professores, assistentes e alunos”. No seu entender, o curso era (e é) distintivo por várias razões, que são determinantes para a prática de qualquer profissão jurídica: “Parece-me que as principais (vistas à luz da distância do tempo) assentam, por um lado, numa feliz combinação entre excelência do ensino – com um corpo docente e discente verdadeiramente ímpares, com uma atitude de aposta permanente na exigência académica – e uma conceção valorativa e humanista do Direito e, por outro, na circunstância de, sendo uma ‘casa’ relativamente pequena, haver uma ligação muito próxima, forte e pessoal entre toda a comunidade académica – o que criava um ambiente muito especial e muito propício à tentativa permanente de aprender mais e melhor”. A Católica é – sublinha – um bom exemplo de uma

faculdade totalmente aberta ao mundo, não só pela internacionalização do ensino mas também pela adaptação das matérias lecionadas e dos métodos de ensino à realidade atual. Não deixa porém de ser “indispensável que a licenciatura em Direito se mantenha como uma formação académica de base (diria, universitária por natureza, com uma componente de ensino das cadeiras clássicas do Direito e das Humanidades) e não caia na ‘tentação’ de se ir tornando uma espécie de curso médio ou de pendor profissionalizante”.

**“Uma feliz
combinação entre
excelência do ensino
– com um corpo
docente e discente
verdadeiramente
ímpares, com
uma atitude de
aposta permanente
na exigência
académica”**





QUALIDADE E EXIGÊNCIA ÍMPARES



**ANA SOFIA
 BATISTA**

O rigor e a excelência do curso e dos professores. Estes são os pontos mais marcantes que Ana Sofia Batista retém do seu percurso como aluna da Faculdade de Direito da Católica, para onde entrou em 1992. “Enquanto alunos nem sempre é fácil gerir as exigências impostas pelo curso de Direito. No entanto, quando confrontados com o mundo real, percebemos que a licenciatura da Universidade Católica nos prepara, da forma mais apropriada, para integrar a complexidade da profissão. No meu caso particular, senti-me preparada para encarar o rigoroso mundo competitivo da prática do Direito na advocacia”, sublinha. Do curso destaca a qualidade e a exigência “ímpares”, atributos que proporcionaram a todos os alunos

preparação para o exercício das várias vertentes da profissão jurídica: “Deu-nos a todos excelentes bases de estudo e de organização: impôs-nos o raciocínio crítico, a análise ponderada e rigorosa, o conhecimento da teoria e o saber para a aplicar ao mundo prático do trabalho”. Para a sócia da Abreu Advogados, o curso ajustou-se corretamente ao longo dos anos às realidades que foram surgindo, desde logo com o ensino da língua inglesa, com a realização de clínicas legais, com a concretização de estágios de verão em sociedades de advogados de renome. Destaca igualmente a aposta da Universidade Católica na diversificação do leque de mestrados e na introdução dos programas de LL.M.

“Percebemos que a licenciatura da Universidade Católica nos prepara, da forma mais apropriada, para integrar a complexidade da profissão”

PREPARAÇÃO PARA A PROFISSÃO



**CLARA MARTINS
 PEREIRA**

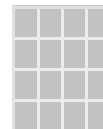
Clara Martins Pereira continua a sentir-se em casa quando regressa à Católica, onde ingressou em 2005 para estudar Direito, depois das incertezas dos anos do secundário. A licenciatura – diz – marcou-a ao nível da formação pessoal: “Foram importantes, de um lado, os colegas de curso – muitos dos quais amigos com quem continuo a manter relações próximas – e, de outro, os professores e colaboradores, que se tornaram, em muitos casos, referências intelectuais e humanas”. O curso – sublinha – preparou-a para as duas principais etapas da sua vida profissional: nos primeiros anos, exercendo a advocacia na PLMJ e, mais recentemente, no Mestrado e Doutoramento na Universidade de Oxford. “Durante os anos passados na PLMJ, beneficiei, sobretudo, da vertente eminentemente prática do ensino do Direito na Católica, das competências ganhas na preparação das provas orais obrigatórias, e da exigência a que os professores nos habituavam desde o primeiro dia. Já o meu percurso em Oxford foi facilitado, em primeira instância, pelo apoio incansável da Católica durante a fase de candidatura, e, posteriormente, pelo grande rigor

A faculdade deve continuar a proporcionar aos seus alunos “a formação completa e rigorosa que o mercado lhe reconhece”

humana a par da formação jurídica, a manutenção de um rácio aluno/professor baixo, e a oferta de aulas práticas e dinâmicas em que as participações orais do aluno são condição necessária para o sucesso académico. Ainda assim, no futuro, deve fazer nomeadamente um esforço para ir adaptando o currículo aos desenvolvimentos do Direito comunitário e para reforçar o corpo docente com professores com percursos académicos e profissionais diversificados.

científico do corpo docente da Católica, que me deixou mais do que preparada para enfrentar os desafios que me esperavam”. São estes os elementos que considera distintivos na Católica e que a fazem afirmar que a faculdade deve continuar a proporcionar aos seus alunos “a formação completa e rigorosa que o mercado lhe reconhece”. No seu entender, a pressão de adaptação a novas realidades não deve fazer esquecer a fórmula que a tornou numa das “mais conceituadas escolas do país”: a aposta na for-





CINCO ANOS TRANSFORMATIVOS



JORGE BRITO PEREIRA

O tempo como aluno de Direito da Católica representa “sem sombra de dúvidas” o período “mais transformativo” da vida de Jorge Brito Pereira, atual sócio da Uría Menéndez – Proença de Carvalho. “Foram cinco anos que construíram numa parte essencial o homem que sou hoje, que moldaram a forma como vejo os outros e o mundo e, sobretudo, a forma como encaro a profissão que abraçei. Quando penso no que mais me marcou, recordo muitas coisas boas

e outras menos boas mas, sobretudo, recordo a experiência como um todo. É um daqueles casos em que o todo é claramente mais importante que a soma das partes. Ainda hoje frequento aquele espaço, aqueles corredores e aquelas salas, agora já em funções docentes, e recordo muitas vezes o miúdo de 18 anos que ali entrou com todos os sonhos do mundo”. Nessa altura, em 1999, o curso valia sobretudo pela qualidade do corpo docente e pela estabilidade da

universidade. Mas entretanto, deu-se “um enorme salto de abertura à sociedade e ao mundo mais prático que muito beneficia os alunos e que faz com que a experiência seja bem mais aberta e completa”. Entende, aliás, que “a ideia de que universidade é apenas um local em que alunos vão receber conhecimentos e são por isso avaliados está hoje totalmente ultrapassada”. E a Universidade Católica “percebeu isso muito atempadamente”.

UMA PROXIMIDADE MUITO SIGNIFICATIVA



LUÍS BRANCO

Nas memórias de Luís Branco, sócio da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, na Faculdade de Direito da Universidade Católica, o professor Castro Mendes ocupa um lugar especial, como exemplo da qualidade de ensino ministrado por “um conjunto excepcional” de docentes: “Nunca esquecerei a responsabilidade que nos transmitiu, quando nos ‘instruíu’ a não prosseguir apenas a justiça abstrata, mas a praticá-la em cada ato, em cada momento da nossa vida profissional”. Além da qualidade do corpo docente, considera que o curso beneficia de ter um número relativamente limitado

“O curso beneficia de ter um número relativamente limitado de alunos”

de alunos, o que permite um melhor conhecimento e colaboração entre eles e os seus professores”, com uma proximidade “muito significativa”. Acresce a avaliação assente em exames orais, que considera benéfica na preparação para o exercício

de qualquer das profissões jurídicas. “A clareza na escrita e na expressão oral, assente numa forte competência técnica, justificam a imagem de marca: Direito (É) na Católica”, sublinha. Daí que, no seu entender, a faculdade deva continuar no mesmo rumo, a proporcionar aprendizagem jurídica, mas no contexto de muitos outros saberes que são essenciais ao exercício do Direito e que são desenvolvidos em múltiplas disciplinas optativas e em seminários ministrados em língua portuguesa e inglesa. Mas também através da oferta ímpar de mestrados e dos programas de LL.M.

UMA FORMAÇÃO MUITO SÓLIDA



ISABEL MARQUES DA SILVA

“Gostei imensamente de ter estudado Direito na Católica. E acho que não gostaria de ter estudado Direito em nenhum outro lado”. São palavras de Isabel Marques da Silva, Juíza Conselheira da Secção de Contencioso Tributário do STA, a propósito da licenciatura em Direito na UCP, que concluiu em 1993. Recorda, em concreto, o ambiente de rigor e exigência, mas simultaneamente de grande cordialidade e humanidade: “Estudávamos muitíssimo, mas sabíamos que podíamos contar com os docentes para superar dificuldades. Sabíamos que as provas seriam exigentes, mas corrigidas com seriedade e justiça”. O resultado é uma formação jurídica de base “muito sólida” e que forneceu as ferramentas necessárias para o exercício competente das várias profissões jurídicas. Essa formação de base é, aliás, o que considera mais importante na licenciatura: “Há um acervo fundamental de concei-

“Sabíamos que as provas seriam exigentes, mas corrigidas com seriedade e justiça”

tos e conteúdos – de Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil – que qualquer bom jurista deve dominar na perfeição. E esses conceitos e conteúdos são ensinados nas disciplinas base do curso de Direito, e demoram tempo a serem assimilados pelos ‘aprendizes de juristas’. Daí que lhe pareça que privilegiar os conteúdos mais apelativos em detrimento daqueles outros, porque mais “maçudos”, lhe pareça ser um caminho que conduz a maus resultados. E que considere que, sem prejuízo de se encontra-

rem formas pedagogicamente mais apelativas de ensinar os conceitos fundamentais, a formação de base do curso de Direito deve continuar a dar-lhes prevalência.

